

Norma explícita, normas implícitas e variação

Kely Limeira*

Resumo:

Os estudos que trabalham com as noções de norma relacionam o uso lingüístico aos diversos grupos sociais. No gênero textual entrevista televisiva, esta relação será observada através das formas *nós/a gente, onde/aonde*; da expressão *há ... atrás*; e nos casos em que o *sujeito posposto pede verbo no plural*; tendo como perspectiva a convergência ou não entre a norma explícita e as várias normas implícitas existentes.

Para quem relaciona norma lingüística a grupos sociais, é fundamental que os estudos formulados sejam baseados em análises descritivas do uso lingüístico concreto dos falantes de uma língua. Os resultados apresentados por essas análises muitas vezes entram em conflito com o material encontrado nas gramáticas normativas, uma vez que grande parte do conteúdo destas é proveniente de estudos fundamentados na lógica e com grande apego à tradição clássica literária.

O que se pretende neste trabalho é fazer o confronto entre as normas implícitas e a explícita existentes nos grupos sociais, através de conceitos de correção distintos, baseando a fundamentação teórica, principalmente, no trabalho de Leite (1999). Tendo como objeto de análise enunciados produzidos em entrevistas televisivas, verificar-se-á a coincidência ou não entre o ideal lingüístico e o uso real por interlocutores com formação universitária, teoricamente usuários da norma explícita, codificada pelas gramáticas.

1. Fundamentação Teórica

Existem várias normas de uso lingüístico, uma vez que as línguas são um fato social. E como dentro de uma mesma sociedade são inúmeros os grupos sociais, a variação lingüística constitui um fenômeno imanente às línguas. Essa variação pode se dar diatópica, diastrática e diafasicamente (Este estudo observará apenas a variação diafásica—fala, escrita, formalidade, informalidade, etc.; visto que os informantes pertencem a uma mesma classe social e a uma mesma região geográfica—Sudeste do país.).

Diversos autores trabalham especificamente na criação de conceitos, com a finalidade de enquadramento das normas lingüísticas vigentes. Alguns desses autores e seus respectivos conceitos são expostos a seguir:

Para Coseriu (1987, apud Leite, 1999), a norma lingüística é “um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade”.

* Segunda versão de um trabalho elaborado na disciplina Língua Portuguesa III, sob orientação da Profª Márcia Mendonça, em 1999.2.

Segundo Alan Rey (1972, apud Leite, 1999), há três normas: a objetiva, que seria a língua efetivamente praticada nos diversos grupos sociais, e por isso, existiriam tantas normas quantos grupos sociais existissem; a norma prescritiva, que teria por objetivo a imposição de um uso extraído da língua literária de épocas sempre anteriores a dos falantes contemporâneos, e por estar codificada e por ser a de maior prestígio, serviria como instrumento político-pedagógico da escola; e, por fim, a norma subjetiva que seria o ideal de língua a que todos os falantes aspirariam.

Aléong (1983, apud Leite, 1999) distingue uma norma explícita, “codificada e divulgada por um aparelho de referência, integrado pela escola, pelas gramáticas e dicionários”, de muitas normas implícitas “que são próprias de cada grupo social e tão mutáveis quanto estes”. Como já pôde ser observado, é esta a classificação utilizada no trabalho.

O autor refere-se ainda aos conceitos de normal e normativo. Normativo é um ideal definido pelos julgamentos de valor e pela presença de um elemento de reflexão consciente por parte das pessoas integrantes de uma sociedade. Normal define-se pela frequência dos comportamentos observáveis dos sujeitos integrantes de um grupo social.

O normativo relaciona-se com a norma explícita e o conceito de correção aqui presente aceita apenas uma norma, que é imposta a todos os grupos sociais; o que difere do codificado é erro. O normal relaciona-se com as normas implícitas, mas pode estar presente na norma explícita. Aqui não se julga valorativamente os usos; correto é o uso que é normal e o incorreto é o anormal, o comportamento lingüístico não observável. Para exemplificar, pode-se tomar o verbo *assistir* (no sentido de ver, de presenciar). Ele é considerado, pela norma explícita, transitivo indireto regido pela preposição *a*, sendo este uso observado pelas gramáticas normativas como uma regra obrigatória e o não cumprimento, classificado como erro. Entretanto, as diversas normas implícitas o colocam como transitivo direto, na medida em que essa regência é largamente utilizada e portanto, considerada normal. Aqui, a norma explícita e a implícita não convergem.

Pode-se ainda fazer menção a algumas propriedades da norma. “Em primeiro lugar, é preciso entender que qualquer norma é antes precedida de um uso individual difundido e adotado em vários ambientes geográfico-sociais. Em segundo lugar, é preciso entender que uma norma pode ser restrita a um ou a alguns grupos ou pode alcançar uma amplitude tal que fique incorporada ao que se entende por língua padrão. As propriedades básicas da norma são: 1. Ser resultado de um uso. 2. Ser obrigatória para um corpo social.” (Leite, 1999). Fica claro que o normativo contido na norma explícita quebra a lógica das propriedades da norma, pois muitas vezes, impõe regras que não são resultado de uso.

Cabe ressaltar que é de fundamental importância ter-se presente que as entrevistas televisivas constituem um gênero textual falado, não apresentando organização prévia, por parte dos entrevistados. Esse dado importa na medida em que as gramáticas normativas baseiam-se em textos escritos, mas impõem o seu uso à fala.

É preciso considerar a posição do gênero textual entrevista televisiva dentro do contínuo tipológico. Essa abordagem das relações entre fala e escrita “observa os

textos dentro de uma escala que vai do mais prototípico da fala ao mais prototípico da escrita" (Marcuschi, 1999:46), não figurando a literatura no extremo da protipicidade do código escrito, uma vez que "a literatura não é um tipo de texto, mas sim uma forma de manifestação do ser humano sob o ponto de vista artístico. Ali temos todos os gêneros textuais com todas as suas características." (Marcuschi, 1999:46). Ficam presentes, mais uma vez, as complicações trazidas por uma gramática que se baseia na literatura para impor seus usos tanto à escrita quanto à fala.

Depois do exposto, é possível delimitar os aspectos a serem analisados na observação dos dados: o quanto a norma implícita pertencente aos falantes cultos se aproxima do ideal que é a norma explícita, considerando as variações causadas pela natureza do gênero textual em destaque.

2. Análise do Corpus

Foram observadas cerca de vinte horas de gravações, contendo entrevistas televisivas acontecidas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2000. Todos os 69 informantes possuem formação universitária, à exceção de um estudante universitário, e são referência nos seus campos profissionais.

Quatro elementos pontuais presentes no uso lingüístico foram escolhidos: o aparecimento das formas *nós/a gente* (e dos demais pronomes da primeira pessoa do plural), apresentadas pelas gramáticas normativas como uma questão de formalidade/informalidade, sem contudo conceituar o uso como certo ou errado. Além dos problemáticos casos de utilização das formas *onde/aonde*, da expressão *há ... atrás* e das discordâncias entre *verbo e sujeito posposto plural*, todos relacionados à noção de certo/errado. O conceito de correção presente nos exemplos é o existente na norma explícita, o qual terá sua validade questionada ao longo do trabalho.

2.1. Nós/ A gente

Para os pronomes pessoais, oblíquos e possessivos, representantes da primeira pessoa do plural, foram encontrados os seguintes números:

PRONOMES	OCORRÊNCIAS	EXEMPLOS ¹
Nós	778	"(...) agora padre Hortal nós temos que conversar sobre valores uma preocupação diária sua e uma preocupação na verdade de nós todos nós vamos dar um pequeno intervalo e logo voltaremos (...)"
Implícito	366	"(...) este programa já tratou de esportes já ouvimos o Armando Nogueira já tratamos da cobertura da copa do mundo mas nunca viemos a um estádio de futebol estamos no Estádio do Pacaembu (...)"
Nos	76	"(...) nós queríamos que você nos contasse alguma coisa daquele período (...)"
Conosco	8	"(...) você está acompanhando conosco aqui o programa Roda Viva (...)"

Segue tabela, com os resultados referentes à forma *a gente*, em alguns dos seus diferentes modos de ocorrência:

PRONOMES	OCORRÊNCIAS	EXEMPLOS ¹
A gente	178	"(...) quando a gente vê os filmes americanos quando a gente lê revistas americanas a gente percebe que a garotada branca ouve a música negra (...)"
A gente na função do pronome nos	2	"(...) isso aí é o que deixa a gente preocupado (...)"
A gente na função do pronome conosco	1	"(...) eu quero agradecer aos teus telespectadores que ficaram até essa hora com a gente (...)"
A gente na função do pronome nosso	4	"(...) do computador que a gente tem na casa da gente (...)"

O número de utilizações do pronome *nós* e dos com ele relacionados é indiscutivelmente superior, levando a crer que as interlocuções se apresentaram dentro de um quadro de formalidade, o que realmente se confirma. No entanto, a observação atenta mostra que a dicotomia proposta pelas gramáticas normativas entre uso formal - relacionado à escrita, e informal - relacionado à fala, assim não se configura. Na verdade, inúmeras foram as ocorrências em que as duas formas foram utilizadas pelo mesmo interlocutor, tanto em turnos diferentes quanto conjuntamente: "(...) e a gente pode perceber isso se considerarmos que em quarenta e dois mil anos (...)" / "(...) ninguém sabe exatamente mas a gente sabe alguns dados epidemiológicos então nós sabemos que nos países (...)" / "(...) a gente não sabe que setor nós devemos incentivar (...)" / "(...) que é o que a gente tava reclamando agora que nós não temos (...)" / "(...) o que eu queria entender aonde a gente pode acreditar que não chegaremos a essa catástrofe (...)"

2.2. Onde/Aonde

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha;Cintra, 1998:342) traz a afirmação de que esta distinção não era rigorosa nos clássicos e que a mesma encontra-se praticamente anulada na linguagem coloquial. Tem-se aqui a ligação do erro ao coloquial.

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (Rocha Lima, 1998:334) também afirma que os clássicos não distinguiam entre *onde* e *aonde*, e para tanto cita Camões:

"Se lá no assento etéreo onde subiste"

no entanto, diz que "a linguagem culta moderna *insiste*² em distingui-los: *onde* exprime estabilidade; o lugar em que". "*Aonde* indica movimento, lugar a que". Curioso é o fato de Camões ser novamente citado:

*"Que os leve aonde sejam destruídos,
Desbaratados, mortos ou perdidos."*

¹ Não serão utilizadas as notações específicas para transcrição da fala, uma vez que não são relevantes para este estudo.

² Grifo nosso

Com relação à análise das entrevistas, foram obtidos os seguintes números:

PRONOMES	OCORRÊNCIAS CORRETAS	EXEMPLOS ¹
Onde	51	"(...) ele dividiu virtualmente com o Palácio do Catete o ambiente onde aconteciam as coisas (...)"
Aonde	2	"(...) o que eu queria entender aonde a gente pode acreditar que não chegaremos a essa catástrofe (...)"

PRONOMES	OCORRÊNCIAS ERRADAS	EXEMPLOS
Onde	-	-
Aonde	27	"(...) eu tive o prazer de ouvi-lo no estado do Rio de Janeiro aonde estou vice-governadora (...)"

A análise mostra que, entre os onze informantes que utilizaram o pronome mais de uma vez, nove flutuaram entre opções certas e erradas, se assim consideradas. Entre os dois que não flutuaram, um informante "acertou na escolha", o outro "não obteve sucesso."

O que pode ser dito é que nem é verdade que a não-distinção é característica do coloquial (aparece, no último exemplo, a utilização do pronome oblíquo, uso geralmente não encontrado em situações informais de interação, no mesmo enunciado considerado pela gramática normativa como não-padrão), como não é verdade que os falantes cultos "insistem" nessa distinção, uma vez que o número de ocorrências consideradas erradas foi significativo.

2.3. Há ... atrás

Os pleonasmos são considerados como sendo de dois tipos: "Há o pleonismo grosseiro, decorrente da ignorância da significação das palavras (hemorragia de sangue, subir para cima), e o literário, que serve à ênfase, ao vigor da expressão." (Rocha Lima, 1998:511).

A expressão *há ... atrás* se enquadraria no pleonismo grosseiro, porém, é considerada por muitos como uma expressão cristalizada. Existem duas opções para não se incorrer no erro: *há ... anos* ou *... anos atrás*, eliminando-se assim a redundância.

Os resultados obtidos foram:

EXPRESSÕES	OCORRÊNCIAS	EXEMPLOS
há ... atrás	12	"(...) há um mês atrás saiu um livro que abalou a mídia brasileira (...)"
... anos atrás	12	"(...) alguns anos atrás poucos anos atrás aqui no Brasil nós tivemos uma breve polêmica (...)"
há ... anos	9	"(...) inclusive o próprio governador de Macau quando eu estive lá há dois anos nos falou que (...)"

Entre os sete informantes que utilizaram por mais de uma vez a expressão, quatro flutuaram entre erros e acertos, dois se utilizaram apenas das expressões consideradas aceitáveis e somente um usou unicamente a primeira forma. Mais uma vez, os usos não foram homogêneos.

Apesar da redundância, a expressão cristalizou-se, perdendo este sentido, e o seu uso tornou-se normal. No entanto, nota-se que os números das ocorrências foram iguais ou muito próximos, e, portanto, apesar de ser considerada normal, os falantes cultos parecem se preocupar em seguir a norma explícita.

2.4. Verbo e sujeito posposto no plural

Foram observados os casos em que o sujeito posposto pedia verbo no plural. Já que essa regra exige uma preparação, é esperado que o seu cumprimento aconteça com maior rigor na escrita, uma vez que a fala é realizada *on line*. No entanto, os resultados obtidos foram os seguintes:

	CERTO	ERRADO
Concordância do verbo com sujeito posposto no plural	44	8
EXEMPLOS	"(...) não sobrou nada sobraram dois ou três prédios (...)"	"(...) não adianta a gente achar embora eu seja contra uma postura maniqueísta que não exista o bem e o mal (...)"

Estes números ajudam na percepção de que a interação exigia um grau de formalidade, em que o grupo sentia a necessidade de aproximação da norma explícita.

3. Considerações finais

" A língua é heterogênea, variável e indeterminada sob o aspecto semântico, sintático e quanto aos seus registros e estilos." (Marcuschi, 1997:2).

Esta afirmação pôde ser percebida na observação do *corpus* analisado, e exposta através dos números obtidos, ao longo do trabalho. Mesmo um grupo social, que apresenta um uso lingüístico muitas vezes convergente com a norma explícita, não consegue fugir da variação lingüística, pois a mesma se trata de um fenômeno imanente ao homem, ser social.

Pode-se dizer que a norma explícita constitui um construto teórico, em que residem diversas inconsistências teóricas e metodológicas. Uma delas se apresenta pela exigência (que é feita por parte dos normativos) de que suas regras, baseadas na escrita, sejam seguidas na fala, sem nenhum tipo de diferenciação. A única menção feita às duas modalidades aparece na caracterização da escrita como formal e da fala como coloquial. Sabe-se entretanto, que "as diferenças formais existem muito mais em função de gênero e registro do que em função de modalidade" (Kato:11,1987). Em outras palavras, fala e escrita não apresentam características dicotômicas, demonstrando imbricações entre as modalidades e heterogeneidade semântica,

sintática, de registros e de estilos, fatos observáveis durante todo o processo enunciativo dos informantes.

Desta forma, apresenta-se uma comparação entre a aquisição das duas modalidades numa tentativa de apreensão de alguns aspectos da natureza da norma implícita dos falantes cultos. Acredita-se que as formas de aquisição da fala e da escrita por parte dos falantes cultos são responsáveis, em parte, pelo fato de, nos exemplos obtidos, aparecerem números que mostram uma norma heterogênea.

Mesmo sustentando que “a fala e a escrita são parcialmente isomórficas (...), na fase inicial, é a escrita que tenta representar a fala – o que faz de forma parcial – e, posteriormente, é a fala que procura simular a escrita, conseguindo-o também parcialmente” (Kato:11.1987). Com base nos exemplos encontrados, acredita-se que esta simulação da escrita na fala é responsável por parte das escolhas dos informantes, quando cumprem regras esperadas, pela norma explícita, em maior número na escrita. Observe o esquema abaixo, retirado de Kato:

fala ¹	escrita ¹	escrita ²	fala ²
-------------------	----------------------	----------------------	-------------------

“A fala¹ é a fala pré-letramento; a escrita¹ é aquela que pretende representar a fala da forma mais natural possível; a escrita² é a escrita que se torna quase autônoma da fala, através de convenções rígidas; a fala² é aquela que resulta do letramento”.

Nota-se que a escrita consegue, num segundo momento, pós-letramento, influenciar a fala, tendo o prescritivismo um papel formador da norma dos usuários cultos, fazendo com que a fala-padrão nada mais seja do que a simulação da própria escrita (Kato:23,1987).

Mas ao mesmo tempo, o que se tem na fala dos informantes é uma heterogeneidade, por as várias normas implícitas estarem amplamente em contato, devido, entre outros fatores, às transformações sociais no Brasil, país que se encontra fortemente influenciado pela oralidade, e por a fala apresentar um volume maior de fenômenos pragmáticos que a escrita.

Desta forma, por ser, a norma explícita, uma construção teórica, conclui-se que a sua realização não se efetiva tal qual as regras prescritivas determinam. A realidade lingüística dos grupos sociais é constituída por normas implícitas, pois mesmo a norma dos falantes cultos, os mais próximos da norma explícita e os mais preocupados em segui-la, não conseguem abarcá-la. Ainda quando os usos convergem, o que temos não é a norma explícita sendo utilizada com algumas incorreções, mas sim, uma norma implícita própria, que se utiliza de vários elementos da norma codificada, devido a influência da escrita - mais sujeita a convenções prescritivas - sobre a fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTILHO, Ataliba T.;PRETI, Dino (1986). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Vol. 1, Vol. 2, Vol. 3 e Vol. 4. São Paulo, T. A. Queiroz.
- CUNHA, Celso;CINTRA, Lindley (1999). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- KATO, Mary A. (1987). *No Mundo da Escrita*. São Paulo, Ática.

- LEITE, Marli Quadros (1999). *Norma na Língua Falada e na Língua Escrita*. In Denilda Moura, org. Os múltiplos usos da língua.. Maceió, EDUFAL.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1999). *Por uma Proposta para a Classificação dos Gêneros Textuais*. Recife, mimeo.
- _____(1997). *Alguns Problemas no Ensino de Língua e o Desenvolvimento de Habilidades no Uso da Língua*. Recife, mimeo.
- PRETI, Dino (org.)(1997). *O Discurso Oral Culto*. São Paulo, FFLCH/USP.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (1998). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, José Olympio.

ANEXO

Listagem dos programas gravados, com as respectivas datas de apresentação.

1. Opinião Brasil (Cultura) - 10-14/01/2000
2. Conversa Afiada (Cultura) - 10-14/01/2000
3. Roda Viva (Cultura) - 10/01/2000
4. Observatório da Imprensa (Cultura) - 11/01/2000
5. Conexão Roberto D'Ávila (Cultura) - 11/01/2000
6. Frente a Frente (Rede Vida) - 16/01/2000
7. Passando a Limpo (Record) - 16/01/2000
8. Roda Viva (Cultura) - 17/01/2000
9. Observatório da Imprensa (Cultura) - 18/01/2000
10. Conexão Roberto D'Ávila (Cultura) - 18/01/2000
11. Frente a Frente (Rede Vida) - 23/01/2000
12. Roda Viva (Cultura) - 24/01/2000
13. Frente a Frente (Rede Vida) - 30/01/2000
14. Passando a Limpo (Record) - 06/02/2000
15. Roda Viva (Cultura) - 07/02/2000
16. Brasil Pensa (Cultura) - 07/02/2000

